



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por QUARK ENGENHARIA LTDA, ora Recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 056/2022, Pregão Eletrônico nº 027/2022, por meio do qual foi declarada a habilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), sendo esta, por conseguinte, declarada vencedora do Lote 01 (lote único), conforme registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 16/11/2022.

Alega a Recorrente, em síntese, ser equivocada a Habilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), ora Recorrida, posto que declarada em inobservância às normas que regem à espécie e aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Neste particular, a Recorrente discorre que a Recorrida não cumpriu com as exigências previstas no Edital para comprovar enquadramento como ME e/ou EPP (item 5.3 do Edital) e, por conseguinte, fazer jus aos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014, sendo indevida a concessão de tratamento diferenciado e simplificado na licitação (item 11 e subitens do Edital), dentre isso, o direito de desempate em sede de empate ficto. Argumenta:

“A empresa supracitada foi habilitada, sendo beneficiada pela Lei 123 de 2006, como Micro Empresa-ME, tendo o direito de preferência, denominada “empate ficto”, porém não cumpriu um dos requisitos de habilitação, cujo subitem 5.3.1 menciona a Certidão Simplificada pela Junta Comercial, bem como menciona abaixo:

5.3. Os licitantes que cumprirem os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014, para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, deverão comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte mediante a apresentação de:

5.3.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

5.3.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

5.3.3 - Em todo caso, poderá o licitante, apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do ANEXO IV.

De fato a empresa anexou o aludido documento, porém observem o status do mesmo: PARALISADA TEMPORARIAMENTE, ou seja a empresa entrou com um formulário de interrupção de atividades, não mais comunicou nenhum funcionamento junto a JUCEMG, mas ainda assim prosseguiu de maneira irregular participando do certame."

Dando sequência, defende a que a Recorrida descumpriu com a exigência de habilitação prevista no item 8.5.2 do Edital (Qualificação Econômico-Financeira), baseada na seguinte fundamentação:

"Em sequência, apresenta inconsistências em relação ao demonstrativo do Balanço Patrimonial, a começar pelo termo de abertura, o número de ordem não condiz com o esperado, considerando que a empresa iniciou suas atividade no ano de 1995. O número de ordem deveria ser o 26.

Seguindo, vemos a falta de assinatura do administrador, já que a escrituração contábil digital pode ser assinada com e-CNPJ ou e-PJ, contudo não exige da assinatura pelo ADMINISTRADOR nomeado no contrato social e alterações posteriores, como disposto nas regras de Escritura Contábil Digital:

1. Toda ECD deve ser assinada, independentemente das outras assinturas, por um contador/contabilista e por um responsável pela assinatura da ECD.

5. A assinatura do responsável pela assinatura da ECD nas condições anteriores notadamente por representante legal ou procurador eletrônico perante a RFB) não exige a assinatura da ECD por todos aqueles obrigados à assinatura da contabilidade do declarante por força do Contrato Social, seus aditivos e demais atos pertinentes, sob pena de tornar a contabilidade formalmente inválida e mesmo inadequada para os fins específicos conforme as normas próprias e o critério de autoridades ou partes interessadas que demandam a contabilidade.

Outra incongruência da licitante se diz ao fato da qualificação econômica, veja que a alteração social se deu em 23 de agosto de 2011, passando a ser a titular/sócia a sra. Rosana Maria de Siqueira Cardoso, no entanto como vemos claramente no documento em questão anexado, não há assinatura da mesma no balanço patrimonial, compreendido pelo período de 01 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021, restando assinada, somente pelo ex-sócio."

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para o fim de se declarar a Inabilitação da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME). Pleiteia ainda, noutro passo, seja declarada a Habilitação da Recorrente (pedido sucessivo, logicamente condicionado ao deferimento do antecedente).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 22/11/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 24/11/2022 (quinta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, a licitante LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) apresentou contrarrazões em 24/11/2022, às 11:41:26h/11:41:58h, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 16/11/2022 (quarta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 17/11/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 21/11/2022 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 21/11/2022, às 15:25:40h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento, ou não, das exigências de habilitação por parte da Recorrida/LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), vencedora do Lote 01 (lote único).

Os documentos para habilitação no Pregão Eletrônico nº 027/2022 foram os listados nos itens 8.4 (Habilitação Jurídica), 8.5 (Qualificação Econômico-Financeira), 8.6 (Regularidade Fiscal e Trabalhista) e 8.7 (Qualificação Técnica e Declarações) do instrumento convocatório.

Conforme consignado na ata da sessão pública realizada no dia 16/11/2022, a conferência e análise da documentação de habilitação das licitantes vencedoras do certame foi realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados pela Portaria nº 691/2021, sendo detectado que a documentação da licitante LUZ FORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) estava em conformidade com o Edital, razão pela qual foi declarada a respectiva Habilitação.

Pois bem. Respeitado o entendimento em contrário, reputa-se não assistir razão à tese deduzida pela licitante Recorrente.

Reexaminando a documentação de habilitação apresentada pela Recorrida, mediante protocolo na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, observa-se que foram apresentados todos os documentos exigidos no Edital para participação e habilitação no certame. Ademais, foi apresentada documentação para comprovar o enquadramento como ME e/ou EPP (item 5.3 do Edital) e, por conseguinte, fazer jus aos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014.

Dispõe o Edital:

“5.3. Os licitantes que cumprirem os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014, para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, deverão comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte mediante a apresentação de:

5.3.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

5.3.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

*5.3.3 - Em todo caso, poderá o licitante, apresentar **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do ANEXO IV.**”*
(destacamos)

No caso concreto, observa-se que a LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) apresentou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, emitida em 03/10/2022, bem como Declaração (com utilização do modelo constante do Anexo IV do Edital), subscrita por Contadora (Sra. Mayra de Siqueira Cardoso, CRC/MG 111659/02), em conformidade com os itens 5.3.1 e 5.3.3 do Edital, evidenciando enquadramento da empresa como ME/EPP, de modo a fazer jus às benesses estabelecidas no Edital e na legislação, dentre elas, o direito de desempate em sede de empate ficto (itens 11.6 e 11.8.1, ambos do Edital):

“11.6. Nos termos do artigo 18 da Lei Municipal 5.354/2011 combinado com os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

“11.8.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às equiparadas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

11.8.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

11.8.1.2 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas, ou que não apresentar documentação comprobatória, perderá o direito ao tratamento diferenciado.

11.8.1.3 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

11.8.1.4 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

11.8.1.5 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma deste edital.”

Destarte, não há que se falar em irregularidade nos procedimentos adotados durante a sessão pública do dia 16/11/2022, mormente na ocasião em que o sistema da Plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET detectou, automaticamente, ao final da fase de lances, situação de **empate ficto** entre as licitantes QUARK ENGENHARIA LTDA e LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), concedendo a esta última prazo de 05 (cinco) minutos para ofertar lance de desempate.

Mister abordar que, no bojo da Certidão Simplificada apresentada pela Recorrida, consta no campo “Status” informação de “PARALISADA TEMPORARIAMENTE”. Acerca disso, a licitante LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) assim se pronunciou no bojo das contrarrazões:

“O motivo de constar na certidão simplificada apresentada pela Recorrida no campo status o termo paralisada temporariamente, se dá pelo fato da Recorrida ter paralisado suas atividades por um período, retornando regularmente no ano de 2020, tanto que sua situação se encontra ativa, na JUCEMG, Receita Federal e Receita Estadual, ademais o fato de constar na Certidão Simplificada no campo status referido termo em nada interfere na comprovação de ser a Recorrida ME ou EPP, pois citada certidão ou a declaração do anexo IV tem apenas esta função e ambas foram apresentadas.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

A controvérsia levantada nas razões recursais é infrutífera. Não obstante o status supramencionado, a Certidão Simplificada apresentada pela Recorrida é inequívoca ao constar, no campo “Situação”, informação no sentido de que a empresa se encontra “**ATIVA**”. Tal situação, inclusive, é corroborada pelo documento “COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL” (emitido em 03/10/2022), acostado junto aos documentos de habilitação, que explicita a situação cadastral da LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME) como “**ATIVA**”.

Diante do exposto, ausentes elementos objetivos capazes de infirmar o porte da Recorrida, e constatado que tal licitante encontra-se ativa e em condições de operação, carece de plausibilidade o inconformismo recursal.

Avançando, também não merece prosperar as alegações deduzidas no recurso relativamente ao balanço patrimonial apresentado pela Recorrida, e bem assim no tocante à alegação de descumprimento da exigência de habilitação prevista no item 8.5.2 do Edital (Qualificação Econômico-Financeira).

O instrumento convocatório do presente certame exigiu que a idoneidade financeira das licitantes deveria ser demonstrada, dentre outros documentos, por meio de “*Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei nº. 8.666/93*”.

Em análise da documentação de qualificação econômico-financeira da recorrente, verifica-se ter sido apresentado pela empresa LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME), para atendimento ao disposto no item 8.5.2, *caput*, do Edital, balanço patrimonial referente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021, protocolado no Sistema Público de Escrituração Digital – Sped (HASH: 68.24.CA.E5.C1.0A.52.82.42.FC.51.28.D5.BC.97.82.BC.46.E1.50).

A autenticidade do referido documento foi confirmada através de consulta junto site Sped Contábil, com comprovação das assinaturas digitais da pessoa jurídica e de contador, conforme elucidativamente esclarecido nas contrarrazões. Destarte, considerando que o registro válido do documento junto ao Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, por si só, tem o condão de esvaziar a controvérsia levantada pela Recorrente (de natureza eminentemente formal e sem qualquer pertinência com a essência dos dados de escrituração), forçoso reconhecer o regular atendimento à exigência editalícia.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer vício o conjunto documental apresentado para fins de Habilitação, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão proferida nos autos.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Habilitação da licitante Recorrida/ LUZ FORTE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA (ME).

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa QUARK ENGENHARIA LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

Conselheiro Lafaiete/MG, 25 de novembro de 2022.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro